

ATA NÚMERO 216/XIII/3.ª SL

Aos doze dias do mês de julho de 2018, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audiência com a Delegação Parlamentar Iraniana da Comissão de Planeamento, Orçamento e Cálculos.

O Senhor Vice-Presidente da COFMA, Deputado Paulo Trigo Pereira, que conduziu os trabalhos, cumprimentou e deu as boas vindas à delegação Parlamentar Iraniana da Comissão de Planeamento, Orçamento e Cálculos, sublinhando o interesse e o gosto do Parlamento português em receber a visita de delegações de outros países, nomeadamente daqueles com os quais tem relações diplomáticas, considerando a troca de experiências enriquecedora. Referiu, a propósito, que esta reunião se segue a uma outra, onde tinha sido manifestado interesse em aprofundar o conhecimento sobre as atividades parlamentares, nomeadamente no âmbito da COFMA. Concluiu com a apresentação da delegação de Deputados da COFMA presentes nesta reunião.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Hadi Ghavami, chefe da delegação iraniana, que retribuiu os agradecimentos à delegação portuguesa bem como ao Senhor Embaixador do Irão em Portugal, e apresentou os membros da sua delegação. Prosseguiu apresentando os objetivos desta audiência, destacando o seu interesse em conhecer como funciona o processo orçamental no parlamento português e qual o modelo de orçamentação adotado em Portugal: tradicional ou orientado para resultados, ou de base zero.

Aproveitou também para apresentar a Comissão de Planeamento, Orçamento e Cálculos, que integra 23 membros, fazendo uma resenha rápida do processo orçamental no parlamento do Irão. Informou que o processo começa em Novembro e prolonga-se por dois meses. Trata-se de um orçamento planificado (o último correspondeu ao 6.º plano) que, em 2018, ascendeu a 250 mil milhões de €. Cerca de 90% da despesa é despesa corrente, sendo que parte das receitas provem dos impostos e da comercialização de petróleo. O objetivo um crescimento económico para 2018 é de 8%

Notou que o país tem beneficiado do investimento estrangeiro, que cabe ao Governo captar, o qual se tem orientado para os seus quatro principais setores económicos, a saber: petroquímica, turismo, agricultura e indústria. Finalizou salientando o interesse do Irão em aprofundar a cooperação e as relações comerciais com Portugal.

Usou da palavra a Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) para explicar que o processo orçamental em Portugal está sujeito a regras gerais aplicáveis aos países da UE.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) procedeu a uma brevíssima explicação do processo orçamental em Portugal, destacando que a proposta de Orçamento, preparada pelo Governo, é entregue na Assembleia da República até 15 de outubro, seguindo-se um período de discussão, com a realização de audições setoriais, aos Ministros, no Parlamento. Notou que nesse período também se realizam audiências com entidades que queiram apresentar a sua opinião e contributos para o Orçamento. Em jeito de balanço, referiu que no Orçamento de Estado para 2018, houve mais de 600 propostas de alteração apresentadas pelos diversos GP's. Explicou depois como se processa o debate e a votação do Orçamento no Plenário, sublinhando que o processo termina, no Parlamento, com a votação final global. Apresentou também, resumidamente, alguns números relacionados com o Orçamento e as contas públicas portuguesas.

Concluiu salientando que, embora existam tratados europeus que definem regras gerais e enquadram o processo orçamental nos países da UE, incluindo Portugal, há posições distintas sobre essa matéria, nos vários partidos com assento parlamentar.

Na sua intervenção, a Senhora Deputada Margarida Marques (PS) começou por saudar a delegação iraniana, transmitindo a posição do seu GP neste domínio, que valoriza a cooperação parlamentar entre os dois países, Aludiu a vários contactos importantes no plano do relacionamento bilateral, que se tem intensificado desde 2017.

Transmitiu ainda a posição de apoio de Portugal ao pacote recentemente aprovado em Viena, na sequência de reunião multilateral no âmbito do acordo internacional *Join Comprehensive Plan of Action* (JCPOA). Relembrou que este pacote visa minimizar os efeitos das sanções impostas pelos EUA, na sequência da sua decisão unilateral de se retirar do acordo nuclear. Afirmou o seu desejo de que todas as partes, incluindo o Irão, cumpram e se mantenham fiéis ao acordo.

Sobre as relações comerciais com o Irão, após o levantamento das sanções, em 2016, realçou os evidentes os sinais de intensificação do comércio entre os dois países. Ilustrou, a título de exemplo, a evolução das exportações para o Irão, que cresceram, em 2017, cerca de 239%. Não obstante, referiu a existência de barreiras alfandegárias importantes que prejudicam estas relações, temendo até que, no atual quadro de política internacional, possam vir a agravar-se.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que, dada a extensão e complexidade do tema, abordaria apenas alguns pontos mais relevantes do processo orçamental, complementando as anteriores intervenções. Começou por referir que, para além das regras europeias, o processo orçamental em Portugal tem enquadramento na Constituição da República Portuguesa (CRP) e na Lei de Enquadramento Orçamental

(LEO). O Orçamento de Estado (OE) bem como as Grandes Opções do Plano (GOP) são aprovados no Parlamento em dezembro.

Assinalou as diferenças deste processo entre os dois países, que decorrem também, a seu ver, do facto de não existir propriamente um Plano, nos mesmos termos em que existe numa economia planificada. Em Portugal, existe o Plano Nacional de Reformas (PNR) e o Plano de Estabilidade, que é apresentado pelo Governo em abril para apreciação da Comissão Europeia, mas as orientações e objetivos constantes destes documentos não são vinculativos.

Especificou depois, quais os critérios de classificação, previstos na LEO, das despesas e das receitas orçamentais, destacando as dificuldades de apuramento das despesas por programas orçamentais, que devem incluir objetivos, indicadores, e resultados. Informou que as receitas provêm essencialmente dos impostos e das contribuições para a Segurança Social. Respondendo ainda à questão do Senhor Deputado Hadi Ghavami, informou que o orçamento de base zero não foi implementado.

Na sua intervenção final, o Senhor Deputado Hadi Ghavami agradeceu ao Vice-Presidente e aos restantes membros da COFMA presentes, os esclarecimentos prestados, aproveitando também para endereçar o convite aos Deputados portugueses para uma visita ao Parlamento Iraniano.

Respondendo às preocupações suscitadas pela Senhora Deputada Margarida Marques (PS), confirmou o interesse do Irão em respeitar o Plano de Ação Conjunto, em promover as relações comerciais entre os dois países, sublinhando ainda a posição do Irão contra o unilateralismo, a favor do multilateralismo e do diálogo. Mencionou também os aspetos positivos, para as PME, que resultam do facto do Irão ter uma economia planificada, permitindo orientar as áreas de interesse de investimento e promovendo o reforço das relações comerciais entre os dois países.

Terminou agradecendo uma vez mais aos Deputados da COFMA e solicitando ao Vice-Presidente um resumo do processo orçamental em Portugal.

Também o Senhor Embaixador do Irão em Portugal agradeceu ao Senhor Vice-Presidente e aos Deputados da COFMA a disponibilidade para a realização desta reunião que considerou ser de grande interesse. Sublinhou o esforço de Portugal para dar continuidade às relações com o Irão, no quadro também da UE. Realçou ainda a consolidação das relações comerciais entre os dois países, sobretudo a partir de 2017, mas referiu também o desequilíbrio comercial existente. No seu entendimento, esta questão requer especial atenção para que se alcance uma relação comercial mais equilibrada. Da parte do Irão, expressou a vontade de reforço da cooperação, nomeadamente entre as PME dos dois países.

O Senhor Vice-Presidente concluiu os trabalhos reiterando os agradecimentos ao chefe da delegação iraniana, a todos os Deputados da referida delegação, bem como ao Senhor Embaixador do Irão e ao Senhor Secretário Geral da Câmara do Comércio. No final, houve troca de lembranças, sinalizando a



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

vontade das partes em continuar a trabalhar no aprofundamento das relações de amizade entre os dois países.

A audiência foi gravada em suporte áudio, a qual constitui parte integrante desta ata, podendo ser consultada na respetiva [página internet](#).

A reunião foi encerrada às 10:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 julho 2018

O VICE-PRESIDENTE

(Paulo Trigo Pereira)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 12 de julho de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Inês Domingos
Margarida Marques
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira